

Os bancos criados pela Ação Social Católica no Ceará: o Crédito Popular São José, o Banco do Cariri e o Banco Popular de Sobral

CARLOS NEGREIROS VIANA *



Sob a inspiração da Encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja Católica do Ceará, através da Ação Social Católica, criou o “Crédito Popular São José”, em Fortaleza, em 1920, o “Banco do Cariri”, no Crato, em 1921, e o “Banco Popular de Sobral”, naquela cidade, em 1927.

* Mestre pela Universidade de Brasília. Professor assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (Campus de Sobral).

Dada a relevância desse episódio, não apenas para a história bancária do Ceará, mas também para a história da própria Igreja Católica cearense e do Brasil, decidimos realizar uma reconstituição da história desses três bancos, bem como traçar breves biografias dos bispos que os criaram e de seus presidentes.

O resultado dessa reconstituição é o que ora apresentamos.

1 Crédito Popular São José



Banco Popular de Fortaleza



Menezes Pimentel

Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, instalada em Fortaleza, no dia 17/11/1920, com o “intuito de favorecer à pobreza oprimida pela desenfreada usura dos tempos”. Este estabelecimento de crédito era “obra de acção social puramente catholica [...]” (Propaganda publicada no Almanaque do Ceará de 1921).

Segundo a supracitada propaganda, a sua primeira diretoria estava assim constituída: Antônio Ildefonso de Araújo (presidente); Ildefonso Albano (vice-presidente); e Manoel Antônio de Andrade Furtado (secretário).

Seu conselho consultivo era formado por: Alsemo Nogueira; Antônio da Silveira Machado; Eduardo Bezerra; José Agostinho da Silva; Francisco Benjamin de Menezes e Desembargador Luiz Gonzaga Gomes da Silva.

Por sua vez, o seu conselho de sindicância tinha como membros: Monsenhor João Alfredo Furtado; José Menelêu de Pontes; e Major Raphael Benjamin da Fonseca.

O conselho de arbitragem, por seu turno, tinha a seguinte composição: Monsenhor Joaquim Ferreira de Mello; Barão de Studart e Gentil Pedreira.

O seu primeiro corpo de funcionários estava assim composto: Francisco Menezes Pimentel (gerente); Antônio Ivo de Mattos (contador); Vicente Gomes de Souza Lima (tesoureiro); e Luiz Gonzaga de Figueiredo Nogueira (escriturário).

Essa cooperativa de crédito, que foi a primeira do gênero a ser constituída no estado do Ceará, iniciou suas operações com um capital social de 20 contos de réis, que estava dividido em ações no valor de 50\$000, cada uma, estando sua sede localizada nos fundos do prédio da “Livreria Araújo”, na R. Gal. Bizerril, no então nº 177, depois de ter se situado provisoriamente nas instalações do “Círculo Católico de Fortaleza” (Almanaque do Ceará de 1922; Girão & Martins Filho, 1939).

Segundo o balancete de 1922, publicado no “Anuario Estatístico do Ceará de 1923”, o “Crédito Popular S. José” apresentou, naquele exercício contábil, capitais subscrito e realizado de, respectivamente, 5:725\$000 e 114:025\$000, bem como fundos de reserva geral e especial, que correspondiam, simultaneamente, a 8:264\$789 e 4:848\$700.

Por aquela demonstração contábil, o total do ativo e do passivo, dessa instituição de crédito, igualaram-se em 643:386\$582. Ali também é demonstrado que os depósitos, nela realizados, nas modalidades “em conta corrente com juros”, “populares” e “a prazo fixo” atingiram, respectivamente, a 29:896\$341, 148:985\$580 e 278:469\$510.

Pelo balancete de 1925, publicado no “Anuario Estatístico do Ceará de 1926”, o “Crédito Popular S. José” apresentou capitais subscrito e realizado, respectivamente, de 41:152\$500 e de 293:177\$300. Os depósitos, nele realizados, naquele exercício contábil, nas modalidades “em conta corrente”, “populares” e “a prazo fixo” atingiram, correspondentemente, a 63:112\$314, 379:990\$829 e 1.664:601\$083.

Ainda relativamente a 1925, em propaganda no “Album Terra Cearense”, o “Crédito Popular S. José” anuncia que “empresta aos seus associados a taxas módicas: 3% ao ano para transações até 300\$000; desta importância até 400\$000, 6% a.a.; daí até 600\$000, 10% a.a. e, para empréstimos maiores, 12% a.a.”

Ali, ele também torna público que distribuiu, aos seus acionistas, dividendos de: 18,813%, em 1921; 18,458%, em 1922; 18,536% , em 1923; 18,476%, em 1924.

Por fim, a supracitada propaganda noticia que aquela instituição de crédito teve suas ações, que tem valor unitário de 50\$000, cotadas com o ágio de 20%, em 1925, que “aceita depósitos a taxas vantajosas, não só dos sócios como de pessoas estranhas à sociedade”, bem como que construiu, em 1923, a “Vila Operária Dom Manoel”, e, em 1924, o “Quartirão Santa Tereza”, com o fim de vender, a preços módicos, os imóveis que os compunham.

É oportuno lembrar que a “Vila Dom Manoel”, composta de 32 casas, situava-se no Bairro da Prainha, e que o “Quartirão Santa Tereza”, “constituído de bons prédios para famílias de tratamento, todos subscritos sob a condição de módicos pagamentos mensaes, durante oito anos”, localizava-se na Praça Benjamin Constant (atual Praça da Bandeira), no Bairro do Outeiro (Album de Fortaleza de 1931).

Segundo propaganda, no “Album de Fortaleza de 1931”, o “Crédito Popular S. José” torna público que, no balanço de 1930, o seu capital realizado atingiu a 305:872\$500, que os depósitos, nele realizados, “já se apresentam com a elevada soma de 2.942:070\$716, sendo que a maior parte é a prazo fixo, na importância de 2.165:935\$938” e que seu presidente era o Dr. Manoel Antônio de Andrade Furtado.

Ali também é exposto que “esse estabelecimento, de orientação católica, que foi fundado para auxiliar as classes populares”, estabeleceu “uma tabela de empréstimos de importâncias até 1:200\$000, com juros excepcionais, destinados a socorrer pequenos tomadores”.

Em 08/01/1938, o “Crédito Popular S. José” é transformado em uma sociedade anônima, denominada de “Banco Popular de Fortaleza S.A.”. Para concretizar essa transformação, o Ministério da Fazenda expediu, em 25/01 daquele ano, a carta patente nº 1699 (Girão & Martins Filho, 1939).

No ato de sua constituição, o “Banco Popular de Fortaleza” passou a dispor de um capital social de 2.000 contos de réis, dividido em ações no valor unitário de 50\$000. É importante salientar que, nessa ocasião, a Igreja Católica era detentora de mais de 50% de suas ações (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

O seu conselho diretor, na data de sua constituição, era assim composto: presidente – Manoel Antônio de Andrade Furtado (professor da “Faculdade de Direito” e editor do jornal católico *O Nordeste*); e secretário – Lincoln Mourão Matos (advogado e vice-presidente do “Banco Frota Gentil”). Os seus conselheiros eram: Raimundo de Freitas Ramos (comerciante); Antônio da Silveira Machado (comerciante); João Dantas Pinheiro Landim (comerciante); e Raimundo Gutenberg Teles (comerciante) (Ibidem).

Por seu turno, o seu conselho fiscal tinha a seguinte composição: Francisco de Menezes Pimentel (Interventor Federal no Estado do Ceará); Raimundo de Alencar Araripe (Prefeito de Fortaleza). Monsenhor José Quinderé (sacerdote); e os suplentes Paulo Epaminondas da Frota (magistrado), Monsenhor Otávio de Castro (sacerdote) e Raimundo Bezerra da Rocha (comerciante) (Ibidem).

Em 1938, ano de sua constituição, o “Banco Popular de Fortaleza” fazia todas as operações bancárias, exceto as de câmbio, e se achava instalado, em prédio próprio, na R. Guilherme Rocha, no então nº 17, tendo distribuído, naquele ano, 10% do seu lucro líquido para as obras da “Ação Católica” e dividendos de 12% ao seus acionistas (Girão & Martins Filho, 1939).

Em 1939, o seu contador passou a ser José Barreto Parente, em substituição a Antônio Ivo de Mattos, que exercia esse cargo desde a instalação do “Crédito Popular S. José” (Ibidem).

Em 11/12/1941, o seu capital social passa de Cr\$2.000.000,00 para Cr\$5.000.000,00. Os maiores compradores das novas ações emitidas, que viabilizaram esse aumento no seu capital, foram a “Diocese de Fortaleza”, que, por intermédio de D. Antônio de Almeida Lustosa, adquiriu 20 mil ações, e a “Diocese de Limoeiro do Norte”, que, por meio de D. Aureliano Matos, comprou 10 mil ações (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Em propaganda, no “Almanaque do Ceará de 1944”, o “Banco Popular de Fortaleza” torna público que seu capital social é de Cr\$ 5.000.000,00 e seu fundo de reserva, de Cr\$ 1.613.707,20, bem como que sua diretoria é composta por: Lincoln Mourão Matos (presidente); Oswaldo Studart Filho (vice-presidente); e Manoel Antônio de Andrade Furtado (secretário). Ali também é exposto que seu contador continua sendo José Barreto Parente.

Na supracitada propaganda, ele anuncia também que realiza depósitos, empréstimos, transferências de fundos e cobranças, assim como “mantêm, em todos os sábados, às 18:30 horas, pelas ondas curtas da P.R.E. 9, ‘Ceará Rádio Club, um programa radiofônico de formação cultural e econômica”.

Em 17/12/1949, o Dr. Andrade Furtado reassume a presidência do banco e o comerciante José Barreto Parente se torna o vice-presidente. Os seus diretores são: Raimundo Gutenberg Teles, Raimundo de Freitas Ramos e João Dantas Pinheiro Landim. O seu conselho fiscal é formado por Francisco de Menezes Pimentel, Raimundo Alencar Araripe, Luiz Cavalcanti Sucupira (jornalista do periódico *O Nordeste*), que eram membros efetivos, bem como por Paulo Epaminondas da Frota, Raimundo Bezerra da Rocha e Ubirajara Índio do Ceará, que eram suplentes (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

O seu capital social passa, em 10/03/1955, de Cr\$5.000.000,00 para Cr\$8.000.000,00. Das novas ações emitidas, que propiciaram esse aumento de capital, a Igreja Católica comprou 22.000 delas, a família “Parente”, 6.000, e os demais compradores, 22.650 (Ibidem).

Em 12/12/1962, o seu capital voltaria a se expandir, passando de Cr\$8.000.000,00 para Cr\$40.000.000,00, que estavam divididos em 20.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais (Ibidem).

Ocorre, em 13/12/1964, uma variação do seu capital social, que se eleva de Cr\$40.000.000,00 para Cr\$100.000.000,00. Nessa data, a sua diretoria é composta por: Manoel Antônio de Andrade Furtado (presidente); José Barreto Parente (vice-presidente); Edmundo Morais (gerente); Lincoln Mourão Matos (secretário); Raimundo Freitas Ramos e Raimundo Gutenberg Teles (diretores). Por seu turno, o seu conselho fiscal tem a seguinte formação: Raimundo Alencar Araripe; Luiz Cavalcanti Sucupira, Sílvio Rabelo (membros efetivos); Robison Xavier de Oliveira, Eliseu Duarte e João Moisés Ferreira (suplentes) (Ibidem).

Em 10/03/1968, o Dr. Andrade Furtado deixa, definitivamente, a presidência do “Banco Popular de Fortaleza”, sendo substituído pelo comerciante Oswaldo Dias Vasconcelos. Com isso, a sua diretoria passa a ter a seguinte composição: Oswaldo Dias Vasconcelos (presidente); José Barreto Parente (vice-presidente); Edmundo Morais (gerente);

Lincoln Mourão Matos (secretário); e José Ribamar Fernandes Brandão (secretário) (Ibidem).

O capital social do “Banco Popular de Fortaleza” se expandirá de 100.000 cruzeiros novos para 200.000 cruzeiros novos, em 18/10/1968 (Ibidem).

A administração do banco é reorganizada, passando o mandato da diretoria, a partir de 24/08/1971, de seis para três anos de duração. Nessa data, o seu capital social também foi expandido para Cr\$2.000.000,00, divididos em 1.500.000 ações ordinárias e 1.500.000 ações preferenciais (Ibidem).

Segundo Jawdat Abu-El-Haj, a saída de Lincoln Mourão Matos da diretoria do “Banco Popular de Fortaleza”, em 06/03/1972, representa o fim do controle dessa instituição bancária pela Igreja Católica. A partir daí, os rumos dela passariam a ser orientados por um grupo composto por: Dom José de Medeiros Delgado (Arcebispo de Fortaleza); Oswaldo Dias Vasconcelos; José Afonso Sancho (ex-gerente da “Cooperativa de Crédito de Fortaleza”), Francisco Eduardo Blanquett Vidal; José Ribamar Fernandes Brandão; Luís Brigens Firmeza; e Edmundo Morais.

Ainda em 1972, no dia 21/08, um novo cargo foi criado, na sua diretoria, para ser ocupado por Sebastião Almir Rodrigues, que era o ex-presidente da “Cooperativa de Crédito de Fortaleza”, que fora, recentemente, adquirida pelo “Banco Popular de Fortaleza” (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Em 18/09/1973, com a eliminação do cargo ocupado, na diretoria, por Sebastião Almir Rodrigues, em decorrência de seu falecimento, ela passa a ter uma nova estrutura: presidente, superintendente, diretor-administrativo e diretor-assistente (Ibidem).

Em 06/05/1974, os três diretores daquela instituição de crédito eram: José Afonso Sancho, Edmundo Morais e José Ribamar Fernandes Brandão. Naquela data, foi anunciada uma reorganização dela, que passaria a contar com o apoio de Edson Queiroz, que se tornaria proprietário de 25% do seu capital social. Com isso, José Afonso Sancho, que também passaria a possuir 25% do seu capital social, assume a presidência em substituição a Oswaldo Dias Vasconcelos, e a Igreja Católica, representada pelo Arcebispo Aloísio Lorscheider, decide se afastar, definitivamente, da condução do seu destino (Ibidem).

Edson Queiroz, ao vender sua quota de ações a José Afonso Sancho, afasta-se, em 24/10/1977, definitivamente, do “Banco Popular de Fortaleza”. Em decorrência disso, aquele empresário passa a ter o seu controle acionário. Naquela data, a sua diretoria passa a ter a seguinte composição: José Afonso Sancho (presidente); Maria Tânia Sancho do Nascimento (vice-presidente); Hélio Araújo Meireles (superintendente); e José Ribamar Fernandes Brandão (diretor-assistente) (Ibidem).

Em 14/03/1986, o “Banco Popular de Fortaleza S.A.” muda sua denominação social para “Banco de Fortaleza S.A.” (Banfort) (Ibidem).

1.1 Dom Manoel da Silva Gomes – O bispo fundador

D. Manoel da Silva Gomes, nascido em Salvador, Bahia, a 14/03/1874, era filho de Juvêncio da Silva Gomes e de Elisa Pinto da Silva Gomes (LEITE FILHO, 1988).

Em 1886, entrou para o Seminário Arquiepiscopal Primacial, ordenando-se em 15/11/1896 (Ibidem).

Assumiu o Bispado do Ceará, em 08/12/1912 e quando este foi elevado a Arquidiocese Metropolitana de Fortaleza, em 10/11/1915, tornou-se o seu primeiro arcebispo, cargo que ocupou até 11/11/1941 (Ibidem).

Logo no início do seu bispado, foram criadas as dioceses de Crato (1914) e de Sobral (1915), em decorrência do que resultou a supracitada elevação. Durante o seu arcebispado foi criada a Diocese de Limoeiro do Norte (1938) (Ibidem).

Como Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, além de criar os “Círculos Operários Católicos”, cujo primeiro foi instalado, em Fortaleza, em 1915, fundou também o “Crédito Popular São José” (1920) e o jornal *O Nordeste* (1922) (Ibidem).

Dom Manoel da Silva Gomes, o criador dos três “bancos católicos” cearenses, faleceu, em Fortaleza, a 14/03/1950 (Ibidem).

1.2 Presidentes



Antônio Ildefonso de Araújo



1.2.1 Antônio Ildefonso de Araújo

Antônio Ildefonso de Araújo, nascido em Martins, Rio Grande do Norte, em 1864, era filho de João Ildefonso de Araújo e Maria da Conceição Araújo (*O Nordeste*, de 14/08/1929).

No Rio de Janeiro foi proprietário da “Livraria Catholica”, tendo ali também sido um dos fundadores do “Banco Popular do Brasil”, do qual fez parte da diretoria, e do “Centro Catholico” (Ibidem).

Por motivo de doença de sua esposa, Anna Franco Rabelo Araújo, que era cearense, transferiu sua residência para Fortaleza (Ibidem).

Naquela cidade, constituiu a firma “A. Ildefonso de Araújo & Cia.”, que era proprietária da “Livraria Araújo”, situada na Rua General Bizeril (Ibidem).

A partir de sua experiência como fundador e administrador do “Banco Popular do Brasil”, idealizou, fundou e se tornou o primeiro presidente do “Crédito Popular S. José” (Ibidem).

Em 1922, juntamente com Manoel Antônio Andrade Furtado e José Martins Rodrigues, instalou o jornal católico *O Nordeste* (Ibidem).

Sob sua presidência, o “Crédito Popular S. José” construiu, em 1923, a “Vila Operária Dom Manoel”, situada no Bairro da Prainha, e, em 1924, o “Quarteirão Santa Teresa”, localizado na Praça Benjamin Constant, no Bairro do Outeiro (Album de Fortaleza de 1931).

Em 01/07/1925, torna-se sócio da firma “Furtado, Saraiva & Cia.”, sucessora da “A. Ildefonso de Araújo & Cia.”. Essa firma, situada no mesmo endereço da “Livraria Araújo”, tinha o capital social de 30 contos de réis e, por objetivo, editar autores católicos e o jornal *O Nordeste*, bem como vender livros (Prontuários Históricos da JUCEC, 1928).

A “Furtado, Saraiva & Cia.” tinha, como sócios solidários, Manoel Antônio Andrade Furtado (com 14 contos) e José Acúrcio Saraiva (com dois contos) e, como sócio comanditário, Antônio Ildefonso de Araújo (com 14 contos) (Ibidem).

Antônio Ildefonso de Araújo, o idealizador dos “bancos católicos”, faleceu em Fortaleza, a 13/08/1929. Nessa data, ainda presidia o “Crédito Popular S. José” (*O Nordeste*, de 14/08/1929).

1.2.2 Manoel Antônio de Andrade Furtado

Manoel Antônio de Andrade Furtado, nascido em Quixeramobim, em 28/01/1890, era filho do professor José Furtado de Mendonça Bezerra de Menezes e de Anna Estela Saraiva Andrade (BARROS LEAL, 1993).

Em 1915, torna-se bacharel pela “Faculdade de Direito do Ceará” e, em 1917, passa a ali lecionar “Economia Política”, “Ciências das Finanças” e “Direito Administrativo” (*Correio do Ceará* de 17/04/1968).

A convite de D. Manoel da Silva Gomes, deixa, em junho de 1922, o cargo de redator-chefe do *Correio do Ceará* para ocupar igual cargo no jornal católico *O Nordeste*, lançado no dia 29 daquele mês e ano, e que tinha como linha editorial o “Combate ao liberalismo, ao laicismo e ao socialismo” (BARROS LEAL, 1993);

Ainda em 1922, torna-se membro da “Academia Cearense de Letras” (Ibidem).

Em 01/07/1925, constituiu, juntamente com Antônio Ildefonso de Araújo e José Acúrcio Saraiva, a firma “Furtado, Saraiva & Cia.” (Prontuários Históricos da JUCEC, 1928).

A partir de fins de 1929, com o falecimento de Antônio Ildefonso de Araújo, em 13/08 daquele ano, passa a ocupar a presidência do “Crédito Popular S. José”, do qual já era secretário desde sua instalação em 1920 (*O Nordeste*, de 14/08/1929; *Almanaque do Ceará* de 1921).

Com a transformação do “Crédito Popular S. José” em “Banco Popular de Fortaleza S.A.”, em 1938, ele presidirá essa nova instituição bancária, quase de forma contínua, até 1968 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939; BARROS LEAL, 1993).

Em 1932, Manoel Antônio de Andrade Furtado se torna sócio do “Instituto do Ceará” (BARROS LEAL, 1993).

De 1939 a 1945, ocupou, interinamente, por cinco vezes, o cargo de Interventor Federal no Estado do Ceará: em 1939 – de 31/10 a 15/12; em 1942 – de 31/10 a 07/12; em 1944 – de 17/01 a 17/03; em 1945 – de 08/01 a 16/02 e de 14/06 a 25/07 (JOB, 1986).

Andrade Furtado também ocupou os cargos de Secretário do Interior e Justiça e Secretário de Polícia e Segurança Pública (de 16/01 a 04/03 de 1942), no estado do Ceará, bem como os de vice-reitor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diretor da Faculdade de Direito daquela instituição (BARROS LEAL, 1993).

Em 1960, recebeu, da Santa Sé, a comenda de São Gregório Magno (*Correio do Ceará*, de 17/04/1968).

Publicou: *Liberdade de Economia e Instrução Pública*; *O Nacionalismo e a Imprensa*; *Solução do Magno Problema do Ceará*; *A Catedral*; *A Extensão do Direito*; *Ensino Jurídico*; *Quixeramobim e sua Vida Religiosa*; *Para que o Mundo Pense*; *Filosofia do Desastre*; e *Esboços e Perfis* (Ibidem).

Faleceu, a 16/04/1968, em Fortaleza (Ibidem).

2 Banco do Cariri



Banco do Cariri



Inácio de Loyola Alencar
1º. Gerente

Constituído em cerimônia realizada, em 01/09/1921, no Paço Municipal do Crato, o “Banco do Cariri”, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, foi instalado, em 08/09/1921, por 40 sócios, que subscreveram 1.000 ações de 50\$000 cada uma (PINHEIRO, 1963).

Essa instituição de crédito, que foi a primeira desse gênero a funcionar no Sul do estado do Ceará e foi criada por iniciativa de D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, primeiro bispo da Diocese do Crato (Ibidem).

Sua primeira sede se situou na Rua Senador Pompeu, no então nº. 49, e, foi seu primeiro presidente, o médico Irineu Nogueira Pinheiro, que dirigiu seus rumos até setembro de 1933, bem como, seu primeiro gerente, Inácio de Loyola Alencar (Ibidem).

Segundo propaganda na *Gazeta do Cariry*, de 01/05/1924, esse instituto de crédito, que ainda se situava, naquela data, no endereço supracitado, aceitava depósitos nas seguintes modalidades: 1ª) a prazo fixo em cadernetas – de seis a 11 meses (pagando juros de 6% ao ano), de 12 a 23 meses (pagando juros de 8% a.a.), e de 24 meses em diante (pagando juros de 9% a.a.); 2ª) depósitos populares, em cadernetas de 1\$000 a 5:000\$000 (pagando juros de 5% a.a., que seriam capitalizados de seis em seis meses), que permitiam retiradas com aviso prévio de 30 dias; e 3ª) depósitos em conta-corrente com retiradas livres (pagando

juros de 2% a.a.), cuja 1ª parcela deveria ser, no mínimo, de 50\$000, e as posteriores, nunca inferior a 20\$000.

Na supracitada propaganda, o “Banco do Cariri” também anunciava que fazia operações de descontos e de empréstimos garantidos, bem como realizava transferências para qualquer praça do país ou do estrangeiro, encarregava-se de cobranças de saques e promissórias e que seu correspondente, no Rio de Janeiro, era o “Banco Popular do Brasil”.

No Quadro 1, podemos ter uma visão do desempenho financeiro do “Banco do Cariri”, quando esteve sob a gestão do Dr. Irineu Nogueira Pinheiro:

Quadro 1 - Movimento do Banco do Cariri, (1922 – 1933).

Anos	1922	1925	1926	1933
Capital	95:300\$000	132:550\$000	145:600\$000	203:600\$600
Depósitos	73:300\$000	275:150\$000	290:000\$000	510:600\$000
Fundo de Reserva	3:600\$000	16:909\$000	20:500\$000	67:700\$000
Empréstimos	170:500\$000	110:767\$000	394:400\$000	743:300\$000

Fonte: Girão & Martins Filho, 1939; Anuario Estatistico do Ceará de 1926.

A partir de 1º de setembro de 1933, o “Banco do Cariri” passou a ter, como presidente, o Dr. Antônio Fernandes Teles, que ocupava o cargo de gerente do “Banco Caixeiral do Crato”, desde sua instalação em 24/06/1931 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

Em 1939, essa instituição bancária apresentou o seguinte resultado financeiro: capital – 720:800\$000; depósitos – 1.300:000\$000; fundo de reserva – 136:600\$000; e empréstimos – 1.900:000\$000 (Ibidem).

Pela carta patente nº 2645, o “Banco do Cariri” deixa, em 07/08/1942, de ser uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada para se transformar em sociedade anônima, denominada “Banco do Cariri S.A.”. Nesse ensejo, o seu capital social é elevado para Cr\$1.000.000,00 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1945).

Em 1944, o “Banco do Cariri” permanecia com o capital social de Cr\$1.000.000,00, tendo seus depósitos e empréstimos atingido, respectivamente, a Cr\$7.355.763,30 e a Cr\$8.035.273,90 (Ibidem).

No Quadro 2, que se segue, são listados os seus dez maiores acionistas, em 31/12/1946, bem como suas profissões, o número total de ações que detinham e o valor total delas:

Quadro 2 - Os maiores acionistas do Banco do Cariri em 31/12/1946.

Nome	Profissão	Nº de Ações	Valor Total
1. Antônio Fernandes Teles	Comerciante	1.575	78.750,00
2. Joaquim Fernandes Teles	Médico	1.400	70.000,00
3. Décio Teles Cartaxo	Médico	1.400	70.000,00
4. José Theúnas Soares	Comerciante	1.348	67.400,00
5. Filemon Fernandes Teles	Agricultor	1.300	65.000,00
6. Joviniano Barreto	Sacerdote	746	38.200,00
7. Alexandre Alencar	Func. Público	620	31.000,00
8. Antônio Belém de Figueiredo	Agricultor	600	30.000,00
9. Pergentino Silva	Dentista	502	25.100,00
10. José Bezerra de Menezes	Agricultor	346	17.300,00

Fonte: Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará (JUCEC).

Seria interessante salientar que, além dos supracitados acionistas, constavam, entre os 631 nomes da “Lista de Acionistas do Banco do Cariri S.A. em 31/12/1946”, arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará, os do banqueiro João da Frota Gentil, um dos proprietários do “Banco Frota Gentil” (detendo 100 ações no valor total de Cr\$5.000,00), do advogado Lincoln Mourão Matos (detendo 10 ações no valor total de Cr\$500,00), do comerciante Gutenberg Teles (detendo 10 ações no valor total de Cr\$500,00) – ambos membros da diretoria do “Banco Popular de Fortaleza” – e do Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima (detendo 10 ações no valor total de Cr\$500,00), que seria, no futuro, sucessivamente, vice-presidente e presidente do “Banco do Cariri”.

Em 19/03/1947, o “Banco do Cariri” tem como presidente, o Dr. Antônio Fernandes Teles, e, como vice-presidente, o Monsenhor Joviniano Barreto, bem como sede provisória na Praça Siqueira Campos, no então nº. 2 (Prontuários Históricos – JUCEC).

O Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é eleito vice-presidente do “Banco do Cariri”, em substituição ao Monsenhor Joviniano Barreto, em assembleia geral dos acionistas, realizada em 19/03/1950 (Idem).

Em assembleia geral extraordinária dos acionistas, realizada em 31/01/1956, é proposta e aceita a elevação do seu capital social de Cr\$1.000.000,00 para Cr\$3.000.000,00. Esse aumento do capital social seria viabilizado pela subscrição de 40.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de Cr\$50,00 (Idem).

O “Banco do Cariri” pertencia, em 01/02/1956, a 213 sócios. Em 05/03/1956, o número de acionistas se tornaria 262, conforme relatórios das assembleias gerais de acionistas, realizadas nas respectivas datas (Idem).

Em 12/04/1956, a diretoria dessa instituição de crédito está assim composta: Antônio Fernandes Teles (presidente); Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima (vice-presidente); José Theúnas Soares (secretário); e Marcial Monteiro Pinheiro e Nemésio Sampaio Barbosa (diretores) (Idem).

Segundo a “Lista de Acionistas”, que integra o “Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas”, realizada em 10/05/1956, os maiores detentores de ações do “Banco do Cariri” eram: Antônio Fernandes Teles (com 1951); Francisco de Assis Pires (com 1.810); José Theúnas Soares (com 1.348); Joaquim Fernandes Teles (com 1.400); Filemon Fernandes Teles (com 1.298); e Juvêncio Barreto (com 636). É interessante frisar que, de acordo com a citada lista, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima continua a possuir apenas dez ações (Idem).

Conforme a “Demonstração da Conta Lucros e Perdas do Banco do Cariri S.A.”, publicada em 31/12/1956, esse instituto bancário apresentava, naquela data, um fundo de reserva legal de Cr\$8.571,40 e que distribuiria dividendos e bonificações, respectivamente, de Cr\$120.000,00 e de Cr\$8.571,50 (Idem).

O seu balanço contábil, também publicado na supracitada data, demonstra que, durante o exercício do ano de 1955, seus ativo e passivo atingiram a Cr\$21.506.458,80 (Idem).

Na data de publicação dos referidos demonstrativos contábeis acima, o Dr. Antônio Fernandes Teles continuava exercendo a sua presidência e Unias Gonçalves era o seu gerente (Idem).

Em 19/03/1962, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima se torna o presidente, em exercício, do “Banco do Cariri”. Em 28/11, daquele ano, em decorrência do falecimento do Dr. Antônio Fernandes Teles, uma nova diretoria é eleita: o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é efetivado como presidente, o médico Maurício Monteiro Teles se torna vice-presidente, e Marcial Monteiro Pinheiro e Nemésio Sampaio Barbosa, diretores (Idem).

Com base no “Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas”, realizada em 14/06/1972, são expostos, no “Quadro 3”, os

nomes dos principais detentores de suas ações, que somavam, naquela data, um total de 51.460, no valor de Cr\$51.400,00:

Quadro 3 - Principais Acionistas do Banco do Cariri em 14/06/1972.

Nomes	Nº de Ações
1. José Theúnas Soares	7.359
2. Dioceses do Crato	6.080
3. Ebert Fernandes Teles	5.452
4. Filemon Fernandes Teles	3.251
5. Espólio Dr. Joaquim Fernandes Teles	2.180
6. Espólio Dr. Amarílio Teles Cartaxo	2.112
7. Hermano José Monteiro Teles	1.871
8. Fábio Pinheiro Esmeraldo	1.800
9. Maurício Monteiro Teles	1.794
10. Valdemar de Alencar Lima	1.392
11. Joaquim Fernandes Teles Filho	1.284
12. Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima	1.075
13. Caio Augusto Monteiro Teles	1.000

Fonte: Prontuários Históricos da JUCEC.

Dois fatos despertam a atenção, quando a lista de acionistas, que fundamentou a elaboração do Quadro 3, é comparada com as demais similares listas, arquivadas na JUCEC: no primeiro caso, nas outras listas não consta o nome da Diocese do Crato como detentora de ações do “Banco do Cariri”; e, no segundo, o crescimento do número de ações pertencentes ao Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima, que se eleva de 10 ações para 1.075.

Em 24/07/1972, o “Banco do Cariri” tem um capital social de Cr\$100.000,00, dividido em 100 mil ações nominativas, sendo 63.360 ordinárias e 36.640 preferenciais. Sua diretoria é composta por: Maurício Monteiro Teles (presidente); Nemésio Sampaio Barbosa (vice-presidente); José Theúnas Soares (diretor-secretário); e Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima (diretor-gerente) (Prontuários Históricos – JUCEC).

Na supracitada data, ocorreria a sua fusão com o “Banco do Juazeiro S.A.”, para quem já fora vendido em 14/06/1972. Dela resultaria o “Banco Industrial do Cariri S.A.”, com um capital social de Cr\$1.712.000,00 (Ibidem).

Em 09/10/1974, o “Banco Industrial do Cariri” compra o “Banco dos Proprietários de Fortaleza”. A nova razão social, resul-

tante dessa fusão, denomina-se “Banco Industrial do Ceará”, que passa a deter um capital social de Cr\$4.000.000,00, dividido em 2.484.877 ações ordinárias e 1.575.123 ações preferenciais, ao preço de Cr\$1,00 cada uma (Ibidem).

2.1 Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva – o bispo fundador

D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, nascido no Sítio Salgado, em Quixeramobim, a 20/10/1863, era filho de Antônio Rodrigues da Silva e de Maria Rodrigues Batista Vaz e Silva (ARAGÃO, 1986).

Após concluir seus estudos primários em Quixeramobim, transferiu-se para Fortaleza, onde ingressou, no seminário, em março de 1881 (ARAGÃO, 1985; AQUINO, 1999).

Sagrou-se padre em 19/06/1887, passando, a seguir, ao exercício do vicariato (ARAGÃO, 1986).

Inicialmente, atuou como vigário-coadjutor da Paróquia de Missão Velha. Promovido, posteriormente, à titularidade paroquial, transferiu-se para Iguatu, onde permaneceu até 1889, quando foi transferido para o Crato (Ibidem).

Removido para o Crato, ali exerceu, durante quatro anos o cargo de reitor do seminário, de 1893 a 1897, prestando relevantes serviços educacionais (Ibidem).

Em 23/05/1900, foi nomeado Vigário do Crato, em substituição ao Padre Alexandrino de Alencar. Assumindo o cargo em 10/06/1900, nele permaneceu por 15 anos (AQUINO, 1999).

Foi agraciado com o título de Monsenhor Protonotário Apostólico, pela Santa Sé, em 27/01/1912 (Ibidem).

Sagrou-se Bispo do Crato em 20/01/1916 e, em 29 do mesmo mês e ano, recebeu a titularidade do recém-criado bispado (ARAGÃO, 1986).

Em 21/12/1916, assumiu a Diocese do Crato, permanecendo, como seu bispo, até seu falecimento, que ocorreu, naquela cidade, a 28/12/1929 (Ibidem).

Sob a sua iniciativa, além do “Banco do Cariri”, foram fundados o “Colégio Diocesano do Crato”, em 06/01/1916, e o “Colégio Santa Teresa”, em 03/03/1923 (PINHEIRO, 1963).

2.2 Presidentes



Monsenhor Raimundo Augusto

2.2.1 Irineu Nogueira Pinheiro

Irineu Nogueira Pinheiro, nascido no Crato, em 06/01/1881, era filho do Dr. Manoel Rodrigues Nogueira Pinheiro e de Irinéia Pinto Nogueira Pinheiro (PINHEIRO, 2010).

Cursou o Primário no “Seminário São José” do Crato e se formou em Medicina, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1910 (Ibidem).

Clinicou durante muitos anos na região do Cariri, ao mesmo tempo que se tornava um profundo conhecedor da história daquela região cearense. (Ibidem).

Exerceu as funções de Inspector Federal do Colégio Diocesano do Crato e de professor da disciplina de “História Geral” no “Seminário S. José”, daquela cidade (Ibidem).

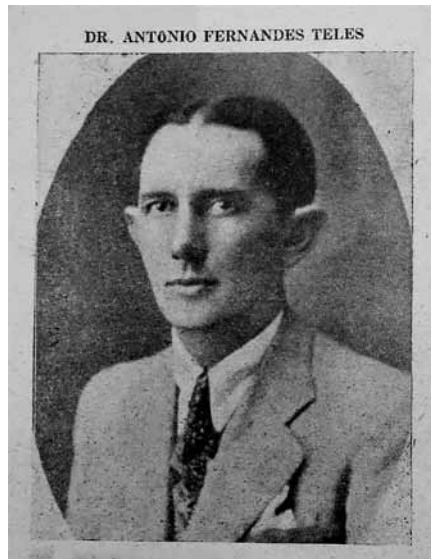
Além de fundador e primeiro presidente do “Banco do Cariri”, cargo que exerceu de 1921 a 1933, também foi fundador e primeiro presidente do Rotary Club” e do “Instituto Cultural do Cariri”, ambos localizados no Crato (Ibidem).

Foi fundador e colaborador dos seguintes jornais: *O Correio do Cariry*; *A Região*; *O Araripe*; e *A Ação* (Ibidem).

Publicou: *O Juazeiro do Padre Cícero* e *a Revolução de 1914*, em 1938; *O Cariri*; *Joaquim Pinto Madeira*; *José Pereira Filgueiras*,

em 1950; e *Efemérides do Cariri*, em 1963 (postumamente) (Ibidem).
Era proprietário de terras no município de Aurora (Ibidem).
Faleceu no Crato, em 21/05/1954 (Ibidem).

2.2.2 Antônio Fernandes Teles



Antônio Fernandes Teles, nascido no Crato, em 27/04/1892, era filho do Cel. Teodorico Teles de Quental e Ana Balbina Fernandes Teles (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

O Cel. Teodorico Teles de Quental, seu pai, era um dos mais abastados criadores e agricultores do Crato, tendo sido prefeito desse município de 1915 a 1919, quando construiu a Praça Siqueira Campos e firmou contrato de fornecimento de energia elétrica em sua sede (AQUINO, 1999).

É oportuno lembrar que dois filhos e um neto do Cel. Teodorico Teles de Quental também foram prefeitos do Crato: Joaquim Fernandes Teles exerceu esse cargo em 1928 e 1934; Filemon Fernandes Teles, em 1936, em 1937 e de 1947 a 1951; quando foi sucedido, pelo sobrinho, Décio Teles Cartaxo (1951-1954) (Ibidem).

Antônio Fernandes Teles estudou no “Seminário S. José”, do Crato, à época, sob a direção do Padre Joaquim Ferreira de Mello (ALBUQUERQUE, 1945).

Cursou Odontologia na “Faculdade de Medicina da Bahia”, em Salvador, tendo ali se diplomado em 1913 (Ibidem).

Ao retornar ao Crato, exerceu, até por volta de 1921, a Odontologia, passando, a partir daí, a se dedicar à gestão da “Farmácia Teles”, de sua propriedade (AQUINO, 1999; Teles, 1992).

É oportuno lembrar que, no período de 1915 a 1919, no qual o Cel. Teodorico Teles de Quental, seu pai, foi prefeito do Crato, Antônio Fernandes Teles desempenhou as funções de vereador naquele município (TELES, 1992).

Foi o primeiro gerente do “Banco Caixeiral do Crato”, cuja fundação ocorreu a 24/06/1931 (GIRÃO & MARTINS FILHO, 1939).

Em 06/08/1933, exonerou-se daquele cargo para assumir, em 01/09/1933, a presidência do “Banco do Cariri”, em substituição ao Dr. Irineu Nogueira Pinheiro (Ibidem).

Foi presidente da “Associação Comercial do Crato” de 1943, quando substituiu o seu primeiro presidente, Alexandre Arraes de Alencar, até 1962 (AQUINO, 1999).

Nas “Listas de Acionistas do Banco do Cariri” de 31/12/1946 e de 10/05/1956, arquivadas na JUCEC, Antônio Fernandes Teles aparece como o maior acionista dessa instituição de crédito: na primeira delas, é detentor de 1.575 ações; na segunda, de 1951.

Exerceu a presidência do “Banco do Cariri” até 19/03/1962, quando foi substituído, no cargo, pelo Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima, primeira, de forma interina, e, depois, efetivamente (Prontuários Históricos – JUCEC).

Além de banqueiro e comerciante, foi também pecuarista, com fazendas em Pernambuco, e proprietário de sítios no Crato (AQUINO, 1999).

Faleceu, no Crato, em 22/05/1962 (Ibidem).

É oportuno lembrar que, pela “Lista de Acionistas do Banco do Cariri S.A.”, de 14/06/1972, o seu filho, o médico Ebert Fernandes Teles, era o terceiro maior acionista daquela instituição bancária, possuindo 5.452 ações dela.

2.2.3 Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima

Raimundo Augusto de Araújo Lima, filho de Augusto Leite de Araújo Lima e de Maria Carolina Cartaxo de Araújo Lima, nasceu na “Fazenda Descanso”, em Mauriti, a 19/04/1909 (SILVEIRA, 2004).

Estudou no “Seminário S. José”, do Crato, tendo sido ordenado padre em 30/12/1934 (Ibidem).

De 12/03 a fins de 1936, foi professor e diretor do supracitado seminário (Ibidem).

No período que estendeu de 03/08/1938 ao final de 1941, exerceu as funções de secretário do Bispado do Crato (Ibidem).

Pela “Lista de Acionistas do “Banco do Cariri”, em 31/12/1946”, arquivada na JUCEC, ele é detentor de 10 ações daquela instituição bancária, que atingem um valor total de Cr\$ 500,00.

Em decorrência do assassinato do Monsenhor Joviniano Barreto, o Padre Raimundo Augusto de Araújo Lima é eleito vice-presidente do “Banco do Cariri” em assembleia geral dos acionistas, realizada em 19/03/1950 (Prontuários Históricos – JUCEC).

É nomeado membro do conselho consultivo da Diocese do Crato e do conselho de disciplina do “Seminário São José”, daquela cidade, em 07/08/1950 (SILVEIRA, 2004).

Em 19/03/1962, depois de ocupar por doze anos consecutivos a vice-presidência, torna-se ele o presidente, em exercício, daquela instituição de crédito, e, em 28/11 do supracitado ano, em decorrência do falecimento do Dr. Antônio Fernandes Teles é eleito presidente de forma efetiva (Prontuários Históricos – JUCEC).

Pela “Lista de Acionistas do Banco do Cariri em 20/04/1972”, arquivada na JUCEC, era ele possuidor de 1.075 ações daquele instituto de crédito (Ibidem).

Em 24/07/1972, data da fusão do “Banco do Cariri” com o “Banco de Juazeiro”, o Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima ocupava o cargo de diretor-gerente na diretoria do primeiro dos supracitados institutos bancários, que era presidida pelo Dr. Maurício Monteiro Teles (Ibidem).

Em 1987, renuncia a função de vigário episcopal da Diocese do Crato, após 53 anos de trabalho sacerdotal (SILVEIRA, 2004).

Lecionou nos colégios “Diocesano do Crato” e “Santa Teresa”, na “Escola Técnica de Comércio”, bem como na “Faculdade de Filosofia” (AQUINO, 1999).

Foi sócio correspondente do “Instituto do Ceará” e do “Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica”, assim como membro do “Instituto Cultural do Cariri” (Ibidem).

Colaborou, assiduamente, em revistas e jornais do Crato e de outras cidades (Ibidem).

Como historiador, publicou *Nos Bastidores da História, As Origens de Mauriti, O Passado em Revista e História da Diocese do Crato*. Foi também poeta (Ibidem).

O Monsenhor Raimundo Augusto de Araújo Lima faleceu, no Crato, a 20/01/1992 (Ibidem).

2.2.4 Maurício Monteiro Teles

Maurício Monteiro Teles, nascido no Crato, em 02/02/1922, era filho do Dr. Joaquim Fernandes Teles e de Ana Monteiro Teles (AQUINO, 1999).

O Dr. Joaquim Fernandes Teles, seu pai, era médico, formado pela “Faculdade de Medicina da Bahia”, em 24/12/1916, bem foi pecuarista em Pernambuco, proprietário de canaviais em sítios no Crato e industrial, tendo sido o fundador da firma “Cia. Sul Cearense de Papéis (SULCEPA) (Ibidem).

Foi também o Dr. Joaquim Fernandes Teles, prefeito do Crato em 1928 e em 1934, tendo sido eleito deputado estadual, em 1935, e deputado federal constituinte, em 1945 (Ibidem).

Em 23/12/1936, foi inaugurado, no Crato, o “Hospital S. Francisco”, que foi fundado pela iniciativa do Dr. Joaquim Fernandes Teles (Ibidem).

Maurício Fernandes Teles era neto do Cel. Teodorico Teles de Quental e sobrinho do Dr. Antônio Fernandes Teles e do Cel. Filemon Fernandes Teles (Ibidem).

O Cel. Filemon Fernandes Teles, que era considerado o maior proprietário rural do Cariri, possuindo terras tanto no Ceará como em Pernambuco, foi prefeito do Crato em 1936, em 1937 e de janeiro de 1947 a janeiro de 1951. Além disso, também foi deputado estadual, de

1951 a 1955 e de 1959 a 1963 (tendo sido, nesse mandato, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará), e fundador e presidente da “Cooperativa Agrícola do Cariri” (Ibidem).

Fez Maurício Monteiro Teles até o 3º ano do Curso Ginásial no “Colégio Diocesano do Crato” e, do último ano desse curso até o fim do Curso Científico, no “Colégio Cearense”, em Fortaleza (Ibidem).

Cursou ele Medicina na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde se diplomou em 1946.

Tendo se especializado em Obstetrícia e Psiquiatria, clinicou, inicialmente, em Picos, no Piauí. Ao retornar, posteriormente, ao Crato, ali não somente clinicou no “Hospital S. Francisco”, onde foi vice-diretor, e na “Maternidade do Crato”, que levava o nome do seu pai e onde foi diretor, como fundou a “Casa de Saúde S. Teresa”, especializada no tratamento de doenças mentais (Ibidem).

Pelo “Relatório da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco do Cariri”, realizada em 14/06/1972 e arquivada na JUCEC, o Dr. Maurício Monteiro Teles possuía, naquela data, 1.794 ações, de um total de 51.460 ações em que se dividia o capital social daquela instituição bancária. Ali também pode se observar que o espólio do Dr. Joaquim Fernandes Teles, seu pai, era detentor de 2.180 ações, que os seus irmãos, Hermano José, Joaquim Filho e Caio Augusto, detinham, respectivamente, 1.871, 1.284 e 1.000 ações, bem como que seu tio, Filemon Fernandes Teles, 3.251 ações, seu primo, Ebert Fernandes Teles, 5.452 ações, e o espólio do Dr. Amarílio Teles Cartaxo, seu primo, 2.112 ações.

Além de vice-presidente e último presidente do “Banco do Cariri”, Maurício Monteiro Teles foi também presidente da “Cia. Sul Cearense de Papéis (SULCEPA) (Aquino, 1999).

Faleceu no Crato, a 04/08/1974 (Ibidem).

3 Banco Popular de Sobral



Banco Popular de Sobral

O “Banco Popular de Sobral” foi constituído, em 31/10/1927, como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, Sistema Luzzati, com um capital subscrito de 120 contos de réis e um capital realizado de 22:800\$000 (*Correio da Semana*, de 10/04/1928).

Na carta de apresentação de seus estatutos a D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, datada de 08/11/1927, os seus organizadores tornam explícito o objetivo pretendido com a constituição dessa instituição de crédito: “Sendo uma empresa da acção social-catholica, fundada sob os auspícios da auctoridade ecclesiastica, destinada a combater a usura voraz e a favorecer a classe proletaria, a mais desprotegida da fortuna, esperamos que Vossa Excelencia Reverendissima, ponderando bem as grandes vantagens e beneficios que vae prestar à população laboriosa e pobre de toda esta zona, aprovará os nossos Estatutos, abençoando os nossos esforços” (Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará – JUCEC).

É oportuno lembrar que em editorial, publicado no *Correio da Semana*, de 26/10/1927, a Diocese de Sobral torna público que, com a

constituição do “Banco Popular de Sobral”, “entre outros planos, projetamos a construção de vilas operárias, compostas de habitações baratas, confortáveis, asseadas, cuja propriedade cederemos aos operários, facilitando-lhes à aquisição e o pagamento, mediante longos prazos e prestações numerosas”.

O objetivo da construção dessas vilas operárias, segundo o supracitado editorial, era o de torná-las “verdadeiros reductos de um proletariado justo e bom, contra a onda impectuosa do bolschevismo (sic) infrene q’ameaça derrocar todas as instituições, saturando tudo de injustiça e contrasenso”.

Segundo o artigo 9º, dos primeiros estatutos do “Banco Popular de Sobral”, aprovados em 08/11/1927, no qual é tratada a forma como será distribuído seu lucro líquido, sua repartição se dará da seguinte maneira: a) 65% pelas ações ou quotas, proporcionalmente às chamadas realizadas e correspondentes a cada trimestre do ano, não se computando, para isso, tempo menor de 90 dias; b) 15% para o fundo de reserva social; c) 7% para dividir pelos membros da diretoria, em partes iguais; d) 5% para os sócios fundadores; e e) 5% para obras pias e de beneficência social da Diocese de Sobral, ao arbítrio do Bispo (Prontuários Históricos – JUCEC).

Na data de sua instalação (12/11/1927), no prédio nº 2 do Largo do Rosário, o seu capital subscrito e o realizado já tinham atingido, respectivamente, a 484:400\$000 e 102:420\$000 (*Correio da Semana*, de 10/04/1928).

Sua primeira diretoria, teve como presidente, o médico Rui de Almeida Monte, e, como vice-presidente, o dentista Francisco Juvêncio de Andrade. Seu conselho fiscal, por seu turno, era composto pelo Monsenhor Agesilau Aguiar (vigário geral do bispado de Sobral e capitalista), por Francisco Potiguara Frota (sócio da firma Frota & Gentil e irmão de D. José) e por Júlio Gonçalves Guimarães (farmacêutico e capitalista) (Ibidem).

Em propaganda, no jornal *A Ordem*, de 24/11/1927, essa instituição de crédito torna público que: “Faz todas as operações bancárias, exceto câmbio; desconta notas promissórias, saques e duplicatas comerciais (em conta-corrente com caução de efeitos comerciais), título da dívida pública e outros papéis de crédito; faz pagamentos e se encarrega de transferências de fundos e de cobranças nas diversas praças do país”.

Ainda no supracitado anúncio, é também publicado que ela “empresta dinheiro sobre notas promissórias (reembolsável a prazo fixo ou por amortização)”, bem como “aceita depósitos em dinheiro em conta a prazo fixo, contas correntes limitadas de movimento e com aviso prévio, mediante ótimas taxas de juros”.

Em 10/04/1928, o “Banco Popular de Sobral”, em anúncio no *Correio da Semana*, torna público que seus capitais subscrito e realizado, já alcançaram, respectivamente, a 507:400\$000 e a 167:510\$000, assim como que, naquela data, o seu movimento de negócios atingira ao montante de 1.212:230\$441, os empréstimos concedidos a 640:000\$000 e os depósitos recebidos a 593:701\$000.

Na supracitada propaganda, é registrado também que “a sua diretoria não pode negociar com o banco, isto é, não pode retirar, para atender a especulações ou necessidades suas, um real do numerário” e que “quer os membros da diretoria, quer os do conselho fiscal não devem um centil ao banco, antes tem nele depositadas as suas reservas”.

De acordo com a “Lista de Acionistas do Banco Popular de Sobral em 30/06/1930”, arquivada na JUCEC, os doze maiores detentores de suas 5.283 ações, naquela data, são os componentes do Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Os doze maiores acionistas do Banco Popular de Sobral em 30/06/1930.

Nome	Nº de Ações	Capital Subscrito	Capital Realizado
1. Patrimônio da Diocese de Sobral	240	24:000\$000	9:600\$000
2. D. José Tupinambá da Frota	200	20:000\$000	12:000\$000
3. Agésilau Aguiar	200	20:000\$000	20:000\$000
4. Patrimônio de N.S. da Assunção (Viçosa)	200	20:000\$000	20:000\$000
5. Fortunato Alves Linhares	100	10:000\$000	8:000\$000
6. José Gerardo Ferreira Gomes	100	10:000\$000	10:000\$000
7. Francisco Godofredo Rangel	100	10:000\$000	10:000\$000
8. Patrimônio de N.S. da Conceição (Ipueiras)	100	10:000\$000	10:000\$000
9. Patrimônio de N.S. do Riacho dos Guimarães	100	10:000\$000	5:000\$000
10. Patrimônio da Matriz de Santana do Acaraú	100	10:000\$000	6:000\$000
11. Patrimônio da Seminário de Sobral	100	10:000\$000	4:000\$000
12. José Juvêncio de Andrade	100	10:000\$000	4:000\$000

Fonte: Prontuários Históricos da JUCEC.

É digno de se mencionar que, das seis pessoas físicas listadas no Quadro 4, somente Francisco Godofredo Rangel não é sacerdote. Ele, além de comerciante, era também banqueiro, sendo o único proprietário da “Casa Bancária F. Godofredo Rangel”, com sede em Sobral.

Além dos patrimônios das igrejas citadas no Quadro 4, constavam também da referida lista, que lhe fundamentou, os seguintes patrimônios: de N.S. dos Prazeres (Campo Grande – atual Guaraciaba do Norte), com 50 ações; da Matriz de Santa Quitéria, com 20; da Matriz de Tianguá, com 20; da Santa Casa de Sobral, com 15; e da Catedral de Sobral, com 10.

Em 30/06/1930, o “Banco Popular de Sobral” tinha um capital subscrito de 528:300\$000 e um capital realizado de 357:000\$000, segundo a “Lista de Acionistas” publicada naquela data.

Segundo anúncio no “Album de Fortaleza de 1931”, essa instituição de crédito torna público que “faz todas as operações bancárias, exceto cambio”, que “presta assistência financeira aos agricultores e creadores desta zona, aos quais facilita dinheiro a longo prazo, sem modificação de sua taxa de juros”, bem como que “Aplica anualmente parte de suas rendas em obras de beneficência social e contribui para todas as iniciativas locais em bem da coletividade”.

Em 05/05/1934, o “Banco Popular de Sobral” anuncia, no *Correio da Semana*, que, desde 30/04/1934, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade é o seu novo presidente, assim como “faz cobranças de título em todos os estados e transferências de fundos, para as quais dispõe de correspondentes; desconta duplicatas, letras de câmbio e promissórias; aceita depósitos a prazo fixo e retiradas livres; e se encarrega de cobrança de aluguéis de imóveis”.

Pelo balancete, realizado em 31/12/1935 e publicado no *Correio da Semana*, em 24/01/1936, esse instituto de crédito apresentou os capitais subscrito e realizado de, respectivamente, 478:300\$000 e 344:310\$000, assim como um fundo de reserva de 69:557\$197. Nele, as contas ativas e passivas de igualaram em 3.377:229\$925.

Em 28/03/1937, o “Banco Popular de Sobral” publica no *Correio da Semana*, balanço contábil, realizado em 30/12/1936, no qual demonstra que, naquela data, os seus capitais subscrito e realizado atingiram, respectivamente, a 481:000\$000 e a 355:490\$00, bem como seu fundo de reserva alcançou a 85:451\$000.

Pelo supracitado balanço, essa instituição bancária obteve, durante aquele exercício contábil, um lucro líquido de 49:195\$000, que proporcionou dividendos de 9% e 10% aos acionistas.

A sua diretoria, na data da referida demonstração contábil, tinha, como presidente, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade e o seu conselho fiscal era composto por: Francisco Potiguara Frota, Adolfo Soares e Silva e Monsenhor Olavo Passos.

Pela carta patente nº 2356, de 02/1940, o “Banco Popular de Sobral”, até então uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, transforma-se em uma sociedade anônima, com a denominação de “Banco de Crédito Popular de Sobral S.A.” (*Correio da Semana*, de 16/05/1941).

Em balancete realizado em 30/04/1941 e publicado no *Correio da Semana*, em 16/05/1941, o “Banco de Crédito Popular de Sobral” apresentava capitais subscrito, realizado e a realizar, respectivamente, de 800:000\$000, de 537:130\$000 e de 362:870\$00. Ali também pode se verificar que suas contas ativas se igualaram as passivas em 2.929:937\$770 e que seu presidente era o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade e seu vice-presidente, Pedro Mendes Carneiro.

Em propaganda no *Correio da Semana*, de 16/07/1943, esse instituto bancário anuncia que seus capitais subscrito e a realizar são, respectivamente, de Cr\$800.000,00 e de Cr\$225.130,00, bem como que seus fundos de reserva legal e especial alcançaram os montantes, respectivamente, de Cr\$11.390,11 e Cr\$5.695,10.

Em 25/02/1944 o seu conselho fiscal era composto pelo Padre José Gerardo Ferreira Gomes, por Adolfo Soares e Silva e José Modesto Ferreira Gomes, segundo anúncio publicado, pelo banco, no *Correio da Semana*, naquela data.

No *Correio da Semana*, de 05/01/1945, é publicado pelo “Banco de Crédito Popular de Sobral”, um balancete, realizado em 30/12/1944, no qual consta que os seus capitais subscrito e a realizar alcançaram, respectivamente, a Cr\$800.000,0 e a Cr\$200.820,00, assim como que seus fundos de reserva legal e especial atingiram a Cr\$21.438,30 e Cr\$10.719,20, respectivamente. Na data do supracitado balancete, a sua diretoria tinha, como presidente, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade, e, como vice-presidente, Pedro Mendes Carneiro. O seu conselho fiscal, por seu turno, era composto por: Monsenhor Olavo Passos, Raymundo Medeiros Frota e José Anastácio Dias.

Pelo balancete realizado em 31/12/1949 e publicado no *Correio da Semana*, em 14/01/1950, o “Banco de Crédito Popular de Sobral”, ainda apresentava um capital subscrito de Cr\$800.000,00, porém, seus fundos de reserva legal e especial alcançaram, respectivamente, os montantes de Cr\$79.055,68 e Cr\$43.376,04.

Ali também é demonstrado que suas contas ativas se igualaram as passivas em Cr\$7.225.144,22 e que, no demonstrativo da “Conta Lucros e Perdas”, os débitos se igualaram aos créditos em Cr\$474.639,60.

Sua diretoria, na data do referido balancete, tinha, como presidente em exercício, Pedro Mendes Carneiro e seu conselho fiscal era composto pelo Padre Sabino Loyola, por José Walter de Araújo e por José Modesto Ferreira Gomes.

Em 31/12/1956, segundo o balanço geral, realizada naquela data, esse instituto bancário apresentava, ainda, um capital subscrito de Cr\$800.000,00, tendo seu ativo se igualado ao passivo em Cr\$9.713.429,60. O seu presidente era Pedro Mendes Carneiro e, seu guarda-livros (contador), Francisco Carlos Ferreira Gomes (*Correio da Semana*, de 16/01/1957).

No dia 25 de agosto de 1960, o “Banco de Crédito Popular de Sobral” tem seu capital social aumentado para Cr\$10.000.000,00, através da emissão de 10.000 ações, no valor de Cr\$100,00 cada uma. Os maiores compradores dessas ações foram os irmãos José Machado de Araújo, Raimundo Machado de Araújo e Manuel Machado de Araújo, todos comerciantes e domiciliados em Fortaleza (Jawdat Abu-El-Haj, 1988).

Na supracitada data, Pedro Mendes Carneiro e José Modesto Ferreira Gomes eram, respectivamente, presidente e vice-presidente dessa instituição de crédito (Ibidem).

A diretoria eleita, em 11/03/1963, expressa o controle acionário da família “Machado de Araújo” sobre o “Banco de Crédito Popular de Sobral”. Era a seguinte a sua composição: Manuel Machado de Araújo (presidente); Pedro Mendes Carneiro (vice-presidente). José Machado de Araújo (secretário); e Antônio Albuquerque Lopes e Raimundo Machado de Araújo (diretores) (Ibidem).

Em 22/01/1964, a razão social muda de “Banco de Crédito Popular de Sobral S.A.” para “Banco de Sobral S.A.” (Ibidem).

Essa nova razão social mudaria, em 12/05/1969, para “Banco do Ceará S.A.” (Bancesa), porém, somente, em 30/04/1971, sua matriz seria transferida de Sobral para Fortaleza (Ibidem).

3.1 Dom José Tupinambá da Frota – o bispo fundador

D. José Tupinambá da Frota, nascido em Sobral, a 10/09/1882, era filho do Cel. Manoel Artur da Frota e de Raimunda Artemisa da Frota (Martins, 1989).

O Cel. Manoel Artur da Frota, seu pai, foi ardoroso abolicionista e fez parte do “Clube Republicano de Sobral”. Nessa cidade, dirigiu, de 1881 a 1890, o periódico *A Gazeta de Sobral*, de sua propriedade, bem como foi sócio da filial da firma “Frota Gentil”, por muitos anos (Ibidem).

D. José Tupinambá da Frota estudou no “Seminário Arquiepiscopal”, da Bahia, de 1895 a 1899. Nesse último ano, seguiu para Roma, onde cursaria o “Colégio Pio Latino-Americano” e a “Universidade Gregoriana”, na qual se doutoraria em “Filosofia” e “Teologia” (Ibidem).

Ordenou-se presbítero, em 29/10/1905, e ao retornar ao Brasil, em 1906, lecionou, durante o ano seguinte, no “Seminário Arquiepiscopal”, de São Paulo (Ibidem).

Em 10/02/1908, foi nomeado, por D. Joaquim José Vieira, vigário da freguesia de Sobral e, em 20/01/1916, eleito o primeiro bispo da recém-criada Diocese de Sobral, cargo do qual tomaria posse em 22/07/1916 (Ibidem).

Durante o seu bispado em Sobral, que se estendeu até a sua morte em 25/08/1959, fundou, além do jornal *Correio da Semana* (1918), órgão dos interesses religiosos da Diocese de Sobral, e do “Banco Popular de Sobral” (1927), as seguintes instituições: em 1925, “Seminário Menor de S. José” e “Santa Casa”; em 1934 – “Colégio Sant’Ana” e “Ginásio Sobralense”; e em 1953 – “Abrigo e Orfanato Sagrado Coração de Jesus de Sena” (ARAÚJO, 1985).

Também criou 18 paróquias e introduziu dez congregações religiosas (Ibidem).

3.2 Presidentes



Dr. Rui Monte



Dr. Francisco Juvêncio de Andrade

3.2.1 *Rui de Almeida Monte*

Rui da Almeida Monte, nascido em Sobral, a 21/10/1884, era filho do farmacêutico João Francisco do Monte e Benvinda de Almeida Monte (MARTINS, 1989).

Ingressou na “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” em 1905 e nela se doutorou em 31/03/1911 (Ibidem).

Ao longo de sua vida profissional, como médico, clinicou nas cidades do Rio de Janeiro (“Hospital da Brigada Militar” e “Santa Casa de Misericórdia”), Sobral (“Prefeitura de Sobral”, “IFOCS”, “E.F. de Sobral” e “Santa Casa de Misericórdia”) e Fortaleza (“Santa Casa de Misericórdia” e “Instituto do Proteção e Assistência à Infância”) (Ibidem).

Foi eleito deputado estadual em 1912. Em 23/10/1913, foi nomeado diretor do Liceu do Ceará e, em 23/12/1913, foi nomeado professor catedrático de “História do Brasil”, daquele estabelecimento de ensino (GUIMARÃES, 1947).

Em 1918, o presidente João Thomé de Saboya e Silva comisionou-o para organizar e instalar o “Curso Secundário de Sobral”, do qual ele foi diretor e professor de “Geometria” e “Inglês” (Ibidem).

De 1927 a 1934, presidiu o “Banco Popular de Sobral”, tendo também exercido, simultaneamente com esse cargo, o de presidente do “Sindicato Agrícola de Sobral” (1929) e o de presidente da “Associação Comercial de Sobral” (1931) (GUIMARÃES, 1947; *Correio da Semana*, de 20/07/1920; *A Ordem*, de 04/02/1931).

Em 30/06/1930, era detentor de 61 ações do “Banco Popular de Sobral”, que equivaliam a um capital subscrito de 6:100\$000 e a um capital realizado de 4:1000\$00 (Lista de Acionistas do “Banco Popular de Sobral”, em 30/06/1930 – JUCEC).

Eleito novamente deputado estadual em 1934, na chapa da “Liga Eleitoral Católica” (LEC), não chegou a cumprir o mandato, que se iniciaria em 26/05/1935, já que foi nomeado “Secretário da Fazenda do Estado do Ceará”, cargo no qual esteve em exercício de 28/05/1935 a 11/01/1937 (GUIMARÃES, 1947).

Em 31/12/1936, era possuidor de 86 ações do “Banco Popular de Sobral”, que tinham um valor total de 8:600\$000 (Lista de Acionistas do “Banco Popular de Sobral”, em 31/12/1936 – JUCEC).

Com a criação, em 19/12/1936, do “Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará”, foi nomeado seu diretor-presidente, cargo do qual se afastou, de 05/03 a 18/09/1942, por ter sido nomeado “Secretário de Polícia e Segurança Pública”, e, de 19/09/1942 a 31/10/1945, devido a nomeação para exercer o cargo de “Secretário de Agricultura” (GUIMARÃES, 1947).

Como jornalista, redatoriu a *Folha do Povo* e *A Tarde*, periódicos que circulavam em Fortaleza e, como beletриста, pertenceu a “Academia Sobralense de Letras” (Ibidem).

Faleceu em Fortaleza, a 17/07/1951, ainda exercendo a presidência do “Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará” (*Correio do Ceará*, de 18/07/1951).

3.2.2 Francisco Juvêncio de Andrade

Francisco Juvêncio de Andrade, nascido em Massapé (à época pertencente a Santana do Acaraú), a 25/03/1881, era filho de Antônio Juvêncio de Andrade e Francisca Laura de Andrade (ARAÚJO, 1985).

Após se formar em Odontologia, em 1909, no Rio de Janeiro, seguiu para a França, onde realizou uma especialização (Ibidem).

Ao retornar a Sobral, dedicou-se a Odontologia e com a fundação do “Banco Popular de Sobral”, em 1927, a convite de D. José Tupinambá da Frota, passou a exercer o cargo de vice-presidente daquele instituto de crédito até 1934, quando, em substituição ao Dr. Rui de Almeida Monte, passa a presidi-lo até 1956 (Ibidem).

De acordo com a “Lista dos Acionistas do Banco Popular de Sobral”, de 30/06/1930, arquivada na JUCEC, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade era detentor, naquela data, de 50 ações daquela instituição bancária, que equivaliam a um capital subscrito e já realizado de 5:000\$000.

Segundo *O Correio da Semana*, de 21/04/1935, o Dr. Francisco Juvêncio de Andrade era o presidente da “Liga Eleitoral Católica” (LEC), em Sobral. Ainda nesse ano, conforme a “Lista dos Acionistas do Banco Popular de Sobral”, publicada em 31/12 e arquivada na JUCEC, possuía ele 112 ações daquele banco, que equivaliam a um capital subscrito, e já realizado, de 11:200\$000.

Em 1956, é substituído, por motivo de doença, primeiro, de forma interina, e, depois, definitivamente, por Pedro Mendes Carneiro, na presidência do “Banco de Crédito Popular de Sobral”. Nesse ano, em 18/12, falece em Sobral (*Correio da Semana*, de 22/12/1956).

3.2.3 Pedro Mendes Carneiro



Pedro Mendes Carneiro

Pedro Mendes Carneiro, nascido em Sobral, a 16/10/1891, era filho de Antônio Mendes Carneiro e Maria Leoncina Andrade Mendes (MARTINS, 1989).

Antônio Mendes Carneiro, seu pai, exerceu o cargo de prefeito de Sobral em 1923 (*Album Terra Cearense* de 1925).

Após realizar parte de seus estudos em Sobral e em Santa Quitéria, transferiu-se para Amazônia. Naquela região, chegou a cursar até o 2º. ano do Curso de Direito e trabalhar como revisor e jornalista, em Manaus, bem como exerceu as funções de guarda-livros (contador), no território do Acre (CAVALCANTE, 2004).

Ao retornar da Amazônia, estabeleceu-se, em Sobral, como comerciante (Ibidem).

Em 1920, durante o governo de João Tomé de Saboya e Silva, após ser aprovado em concurso, deu início as suas atividades como escrivão e tabelião, em Sobral, das quais se aposentaria, em 1958 (Ibidem).

Lecionou durante muitos anos, Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Dom José (Ibidem).

Em 30/06/1930, segundo a “Lista de Acionistas do Banco Popular de Sobral”, daquela data, Pedro Mendes Carneiro era detentor de 30 ações, que equivaliam a um capital subscrito de 3:000\$000 e a um capital realizado de 1:200\$000.

Com a transformação do “Banco Popular de Sobral” em “Banco de Crédito Popular de Sobral S.A.”, em 1940, torna-se vice-presidente daquele instituto de crédito (Prontuários Históricos – JUCEC).

Em 1956, assume a presidência do “Banco de Crédito Popular de Sobral” e, com a passagem do seu controle acionário para a família “Machado de Araújo”, em 11/03/1963, passa a ocupar o cargo de vice-presidente (Ibidem).

Em 22/01/1964, com a mudança da razão social do supracitado banco para “Banco de Sobral S.A.”, continua ele a ocupar sua vice-presidência. Fato que também se repetirá quando, em 12/05/1969, o “Banco de Sobral S.A.” se transformar em “Banco do Ceará S.A.” (Bancesa) (Ibidem).

Foi chefe do “Partido Social Democrático” (PSD), em Sobral, pelo qual foi eleito vice-prefeito da chapa encabeçada pelo Padre José Palhano de Saboya, que geriu aquele município de 1959 a 1963 (CAVALCANTE, 2004).

Pedro Mendes Carneiro faleceu, em Sobral, a 06/07/1975 (Ibidem).

Referências Bibliográficas

1. Album de Fortaleza de 1931.
2. Album Terra Cearense (1925).
3. ALBUQUERQUE, J.A. Vida dos Municípios. Fortaleza : S/E, 1945.
4. Almanaque do Ceará (de 1921 a 1944).
5. Anuario Estatistico do Ceará (de 1923 a 1926).
6. “A Ordem” (de 1927 a 1931).
7. AQUINO, J. L. Roteiro Biográfico das Ruas do Crato. Fortaleza: UFC, 1999.
8. ARAGÃO, R.B. História do Ceará. Fortaleza : IOCE, 1986.
9. ARAÚJO, Pe. F.S. de. Cronologia Sobralense. Sobral : UVA, 1985.
10. BARROS LEAL, A. A História do Ceará Passa por Esta Rua 2. Fortaleza : Multigraf Editora / F. Demócrito Rocha, 1993.
11. “Correio da Semana” (de 1928 a 1956).
12. “Correio do Ceará”, de 18/07/1951 e de 17/04/1968.
13. CAVALCANTE, A de H. Sociedade Sobralense. Sobral : S.E., 2004
14. “Gazeta do Cariry”, de 1º./5/1924.
15. GIRÃO, R. e MARTINS FILHO, A. O Ceará. Fortaleza : Editora Fortaleza, 1939.
16. GUIMARÃES, H.V. Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará – Assembléias Legislativas 1835 – 1947. Fortaleza: Editora Jurídica, 1951.
17. JAWDAT ABU-EL-HAJ. Cronologia do Capital Financeiro Privado Cearense. Fortaleza : NUDOC, Série Idéias nº 13, 1988.
18. JOB, D.C. “Em 97 anos de República, O Ceará teve 63 governantes” In: “O Povo”, Fortaleza, 16/11/1986.
19. LEITE FILHO, R. A História do Ceará Passa por Esta Rua. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1988.
20. MARTINS, M.V. Homens e Vultos de Sobral. Fortaleza: Edições UFC / Stylus, 1989.
21. “O Nordeste”, de 14/08/1929.

22. PINHEIRO, I. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.
23. _____. Efemérides do Cariri (2ª edição). Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 2010.
24. Prontuários Históricos da Junta Comercial do Ceará (JUCEC) (vários anos).
25. SILVEIRA, A. D. Ungidos do Senhor – na Evangelização do Ceará (1700 a 2004). Fortaleza: Prêmios, 2004.
26. TELES, E.F. Discurso Comemorativo do Centenário do Dr. Antônio Fernandes Teles (1892 – 1992).